



Doas horas à volta do tema «A Justiça no feminino» recolheram consensos

A JUSTIÇA CONTINUA A TER AUSÊNCIA DE MULHERES EM LUGARES DE DECISÃO

# As estruturas devem adaptar-se

A Justiça ainda é muito masculina. A constatação é fácil pela ausência de mulheres em lugares de decisão. Mas é uma questão de tempo até que os que hoje mandam morram... e então as mulheres mandarão mesmo. Polémica, a afirmação pode encerrar em si uma realidade velada.

ISABEL FERNANDES

Quando se juntam sete pessoas a uma mesa para conversar, normalmente espera-se que por ali permaneçam pelo menos uma hora. Quando a maioria dos intervenientes — cinco dos sete — são mulheres, fica-se logo com a clara sensação de que a conversa se prolongará para lá da hora. E nem sequer é uma questão de género e de sensibilidade feminina, tem mesmo a ver com o que definiram como “experiências distintas”. E se a estas premissas juntarmos o tema da tertúlia, «A Justiça no feminino», não se estranha a quase expulsão por parte dos anfitriões, a Associação Jurídica do Porto, das responsáveis por incendiarem o fim da noite de quinta-feira, no café Majestic, no Porto.

Entre os estudos que apontam para um claro défice, ou a total ausência, de mulheres em lugares de decisão na Justi-

ça há a realidade vivida por homens e mulheres que dedicam a sua vida profissional à área e que pedem que se adaptem “as estruturas à realidade”, fazendo valer o direito à igualdade de oportunidades de géneros. “Tarda uma maior representação feminina em lugares de decisão”, lamentou o sociólogo e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra João Paulo Dias. Este «intruso» ousou ainda apelar ao fim “da resistência corporativa masculina” no seio da Justiça. O convidado, que estava ali para dar uma visão sociológica da realidade, acabaria por ser «atacado» sem piedade, cujos golpes vieram de mulheres e de homens da assistência contra este facto. Desculpando o seu “desconhecimento” pelo facto de “não estar directamente ligado à estrutura”, o antigo bastonário da Ordem dos Advogados Augusto Lopes

Cardoso, na plateia, defendeu ser “no mérito” que está o trampolim para a ascensão das mulheres aos tais lugares que ainda parecem reservados aos homens. Ao mesmo tempo que defendeu que as diferenças entre géneros situam-se ao nível “psicológico”, Lopes Cardoso comentou “a entrega total” que as profissões ligadas à Justiça exigem, dizendo que “pesa muito mais nas mulheres”, sem que se debruçasse nas razões para que tal aconteça. O ex-bastonário ainda aproveitou o tempo para pedir [às mulheres] que “não peçam quotas, por ser desprestigiante”.

## A defesa

Em resumo quase se poderia dizer

**“É preciso reafirmar as emoções” no desempenho das funções**

que os homens foram àquela mesa só para se defenderem do que acabavam por dizer nas suas intervenções. O advogado Magalhães e Silva lá teve que ir ao ringue defender-se como pôde, depois de

ter defendido que “as mulheres acabaram por aceder à Justiça”, nem que tenham que esperar que as gerações actuais morram. Perspectiva que causou grande descontentamento nas mulheres presentes, quando o advogado só queria dizer — remediou então — que no acesso à Justiça pelas mulheres é essencial que se faça “admitindo a heterogeneidade”. Mas as mulheres não guardaram rancor do advogado e as pistas, comentários e provocações continuaram, alongando-se por quase três horas. Entre as experiências que ali se expuseram, houve espaço para a emoção, aliada à revolta de um sistema claramente masculino. A professora Maria Clara Sottomayor foi clara: “Nenhuma mulher teria dado um acórdão” como o que usou de exemplo. Para esta docente há 17 anos “há um lado

feminino de exercer as profissões” e sem hesitação “é preciso reafirmar essas emoções” no desempenho das funções. Não se pretendia naquela tertúlia encontrar soluções, nem fazer prevalecer pontos de vista. Mas foi claro o consenso quanto ao momento de viragem que se vive. Ficou, porém, a ideia que está a demorar de mais.